Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina
ISBN: 978-85-7205-159-0

Xenofobia direcionada aos imigrantes haitianos na República Dominicana: motivações e implicações

Camila Antunes Madeira da Silva
Mestranda pelo PROLAM/USP[1]
Universidade de São Paulo

Resumo

A República Dominicana, país que divide o território insular com o Haiti, consiste em um dos principais destinos migratórios dos haitianos e evidencia um dos mais marcantes casos de xenofobia direcionados a esse povo, encarnado na ideologia anti-haitianista. O artigo se propõe a analisar historicamente a relação entre os dois países, levantando as mais notáveis tensões entre as duas nações, na tentativa de elucidar a utilização do anti-haitianismo dominicano como base nacionalista pós-massacre *del perejil*.

Palavras-chave: Haiti, República Dominicana, xenofobia.

Resumen

República Dominicana, país que comparte el territorio insular con Haití, consiste en uno de los principales destinos de migración haitiana y evidencia uno de los más marcados casos de xenofobia hacía esa población, encarnado en la ideología antihaitianista. El artículo se propone a analizar históricamente la relación entre los dos países, planteando las más notables tensiones entre las dos naciones, en el intento de elucidar la utilización del antihaitianismo dominicano como base nacionalista pos masacre del perejil.

Palabras clave: Haiti, República Dominicana, xenofobia.

Aspectos históricos acerca da questão domínico-haitiana

Segundo Julissa Peña (2012), a ilha que se divide hoje entre Haiti e República Dominicana foi a primeira colônia espanhola nas Américas. Chamada por Colombo de La Española, em 1492, a ilha de Hispaniola foi inicialmente explorada, como era de costume nas colônias espanholas, na busca por ouro e prata. A população autóctone Arawak e Taíno foi dizimada graças à transmissão de doenças trazidas pelos espanhóis e ao trabalho forçado, reduzindo-a, segundo Emir Sader, de entre meio e um milhão de pessoas, aproximadamente, para 60 mil no período de 15 anos (SADER, 2004 apud SOARES e DA SILVA, 2006), o que levou à introdução da escravidão africana, em 1520, voltada para o plantation[2].

Ao longo do século XVI a Espanha se focou nas colônias que, como Peru e México, possuíam mais ouro e prata e, ademais, vivia uma situação instável graças às constantes guerras contra França e Inglaterra.

[1] Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina.
[2] A ilha não dispunha de grandes reservas de ouro e prata, mas possuía condições ideais para o plantio de cana e a criação de gado, o que definirá posteriormente a produção das colônias francesa e espanhola, respectivamente (PEÑA, 2012, p.18).

ISBN: 978-85-7205-159-0

Os dois países, por sua vez, não cessavam de enviar corsários para ataca-la e amedronta-la em suas colônias. Diante dos constantes ataques, a Espanha tomou algumas medidas preventivas, como a construção de um muro ao redor da cidade de Santo Domingo e a utilização de rotas marítimas alternativas, o que, aliado à redução do interesse espanhol na ilha, gerou o aumento do comércio ilegal. A alternativa encontrada pelo governo espanhol para acabar com ele foi desocupar a parte noroeste da ilha, deslocando a população para a capital[3], o que invés de impedir a invasão, a estimulou, posto que o acesso tornou-se mais fácil. Aliado às constantes invasões de corsários, Holanda, França e Inglaterra tentam novamente invadir a ilha em 1630, utilizando a ilha vizinha de Tortuga como base.

Em 1697 a Espanha se rende abdicando da parte oeste do território insular, que passa a ser a colônia francesa de Saint-Domingue, por meio do Tratado de Ryswick. O tratado, entretanto, não chega a definir uma fronteira fixa entre os dois territórios, e seu afrouxamento por parte dos colonos franceses perturbava os colonos espanhóis (PEÑA, 2012). Agregado às supracitadas invasões anteriores ao tratado, esse fator possivelmente contribuiu para germinar certa inimizade advinda, principalmente, do lado espanhol, que supostamente havia saído prejudicado. Essas tensões de natureza territorial, como se verá, perpassam toda a história domínico-haitiana.

Saint-Domingue fica conhecida como a "pérola das Antilhas" uma vez que se torna a mais lucrativa colônia francesa e das Américas de modo geral, "produzindo metade do café consumido no mundo e quase o equivalente de açúcar exportado por Jamaica, Cuba e Brasil juntos." (EL YOUSSEF, 2009, p.2). Para tal, seu território é utilizado extensiva e exaustivamente e sua população passa a ser composta por 90% de africanos escravizados, importados para suprir a demanda de mão-de-obra (SOARES e DA SILVA, 2006; PEÑA, 2012). Segundo Franck Seguy (2010), a colonização francesa se mostrou ainda mais brutal que a espanhola, destruindo cerca de 45% do território e reduzindo a expectativa média de vida do escravizado para apenas sete anos.

Do lado oriental da ilha, diante da queda do preço do açúcar provocada pela vasta oferta de produto proveniente do Brasil e de Saint-Domingue, Santo Domingo reduz sua produção e volta-se para a pecuária. O tipo de sistema de exploração adotado nas duas colônias interfere no modo como se desenvolvem suas respectivas construções acerca da raça, trazendo para Saint-Domingue grande sincretismo identitário dado o grande número de população escravizada e, para Santo Domingo, onde a escravidão se desenvolveu em números significativamente menores, um tratamento "menos violento" dado que a colônia não possuía capital suficiente para repor constantemente o contingente de escravizados[4] (PEÑA, 2012).

[3] Esse processo de despovoamento ficou conhecido como *devastaciones*.
[4] Os diversos tipos de escravidão desenvolvidos nas sociedades coloniais apresentam particularidades, mas não concordamos com estabelecer uma escala para classifica-los como mais ou menos brandos, uma vez que todos foram extremamente violentos.

ISBN: 978-85-7205-159-0

Esses aspectos podem ter interferido, portanto, na maneira como questões necessariamente atreladas à presença e configuração das populações negras escravizadas, como é o caso das noções de raça intrínsecas ao pensamento social nas duas nações, se conformaram. Mais prontamente interferiram em seus processos de independência. Como ressalta Peña (2012), Santo Domingo gozava de relativa liberdade, enquanto Saint-Domingue era mantida sob um controle rígido do governo francês, o que afetava todos os segmentos da sociedade: a elite branca, que aspirava expandir seu poder para além do controle da metrópole; os brancos pobres e negros libertos, que buscavam adquirir o respeito que lhes havia sido negado pelas classes altas; e escravizados que padeciam de tratamento excessivamente violento e estavam cansados dos abusos sofridos.

Nesse contexto a Revolução Haitiana, liderada por Toussaint Louverture, se instaura como um longo processo de lutas que perdura de 1791 a 1804. Ao tornar-se independente, o Haiti herdou um território devastado e esse estava longe de ser o principal problema da jovem nação. Herdou também um embargo econômico por parte da França e dos Estados Unidos e, em 1925, uma dívida que lhe impunha o pagamento de 150 milhões de franco-ouros (aproximadamente 21 bilhões de dólares) à França em troca do reconhecimento de sua independência (MELANI, 2010; PEÑA, 2012). Esse dinheiro seria conseguido por meio da exploração do campesinato e do meio ambiente, o que deixaria marcas severas. Como afirma Ricardo Melani (2010):

> O Haiti como país independente nasceu isolado, com uma dívida impagável, arrasado pela guerra da independência, extenuado pelo trabalho escravo e dilapidado pela metrópole francesa, que transformou as terras haitianas em uma grande plantação de açúcar. Os valorosos negros do Haiti, que ousaram fazer sua própria história, herdaram uma ruína. (MELANI, 2010, p.23)

O caráter emblemático de uma bem-sucedida revolução negra em um momento em que os negros são escravizados e vistos pelo mundo ocidental como incapazes de se organizar enquanto sociedade, uma vez que não se inserem, enquanto indivíduos, no que se entende como civilização, é substancial para compreender suas consequências. Atrelado a isso está a estrutura na qual se pauta o sistema mercantilista, que se desenvolverá desembocando no atual sistema capitalista, alicerçada em uma divisão hierárquica racializada do trabalho, como antevê Aníbal Quijano (2009). Nessa divisão, os negros escravizados ocupam o estrato inferior da sociedade e qualquer subversão desse quadro indicaria uma falha nefasta no sistema, ameaçando diretamente os interesses da metrópole, da elite crioula e da população branca de modo geral.

Segundo Ada Ferrer (2012), há dois tipos principais de reação à Revolução Haitiana. Por um lado, buscou-se negligenciar, silenciar ou subestimar o que ela foi e seu verdadeiro impacto. Nesse sentido nota-

Salientamos que a autora se refere com ressalvas a uma suposta escravidão menos danosa em Santo Domingo para referir-se a expectativa de vida dos escravizados: “Slaves therefore were ‘treated better,’ and their life expectancy was longer.” (PEÑA, 2012, p.21).

ISBN: 978-85-7205-159-0

se nas primeiras reações à Revolução um intento de deslegitimar as ações dos negros delegando as ideias revolucionárias a agentes externos, ora ou outra superestimando a influência que os ideais da Revolução Francesa exerceram no contexto haitiano, ou mesmo culpando os proprietários de escravos por supostamente não saberem controla-los de forma eficaz, como se não fosse possível que uma revolução germinara, florescera e semeara pela consciência, capacidade e vontade dos próprios negros. Como consequência prática desse ofuscamento em termos historiográficos, até hoje se sabe muito pouco sobre a Revolução Haitiana, dado sua importância, e esse conhecimento é frequentemente enviesado por uma perspectiva eurocêntrica.

Por outro lado, sua relevância não pôde passar despercebida e foi inevitável falar sobre ela em qualquer sociedade escravista ou que estivesse minimamente envolvida com o colonialismo. Durante muito tempo a imagem do Haiti foi evocada, fosse para alertar o perigo iminente de que a história se repetisse para além do jovem país, fosse entre escravizados e libertos ao proferirem palavras de liberdade, fosse para justificar escolhas históricas. Essas duas reações antagônicas coexistem e se confundem.

Segundo Alain El Youssef (2009), com a Inglaterra ocupando um papel de hegemonia econômica e política mundial, a indústria demandava matéria-prima em níveis nunca antes vistos. Se ante esse fenômeno em algumas colônias, como as Antilhas inglesas, a escravidão foi suprimida, em outras, como Brasil, Cuba e Estados Unidos, ela foi reconfigurada e expandida para dar conta de produzir contingente suficiente de matéria-prima, dando início ao que se pode chamar “segunda escravidão”. Essas mudanças no sistema escravista se deram em grande medida graças à Revolução Haitiana, já que uma vez independente, a antiga colônia de Saint-Domingue deixou uma lacuna no mercado internacional, que foi rapidamente preenchida pelo aumento emergencial na produção de açúcar, principalmente em Cuba.

Apesar da expansão da escravidão e do endurecimento de algumas práticas de cativeiro para aumentar a produção sem que o aumento do número de escravos criasse um cenário propicio para instigar outra revolução, tamanho é o impacto causado pela Revolução Haitiana que os escravos e negros libertos da região atlântica passam a ler e discutir os fatos ocorridos no Haiti, revigorando seus atos de resistência. Os atos políticos e de resistência e as práticas revolucionárias que estivessem de algum modo, atrelados ao ocorrido em Saint-Domingue passaram a ser chamados pela elite branca amedrontada de “haitianismo” (NASCIMENTO, 2008; NASCIMENTO, 2015).

Enquanto Saint-Domingue lutava por sua independência, do outro lado do Atlântico Napoleão punha em prática seu projeto expansionista na Península Ibérica. Com a Espanha ocupada, a França ganhava controle sobre o lado espanhol da ilha, ocupação essa que, como citado anteriormente, contribuiu para a construção do sentimento anti-haitianista. As classes altas dominicanas se sentiam desamparadas em termos de direitos e temiam que a escravidão fosse abolida, assim como havia sido no território vizinho em

ISBN: 978-85-7205-159-0

um intento de apaziguar a insurreição contra o governo Francês. Ameaçar o sistema escravocrata desestabilizaria as estruturas raciais criadas pelos espanhóis e mantidas pela elite branca, muito embora a sociedade dominicana não fosse tão profundamente dependente da mão-de-obra escravizada (PEÑA, 2012). Acreditamos que o conflito de interesses entre o governo francês e a elite dominicana pode ser indicativo da influência direta da última na construção da ideologia anti-haitianista.

Quando as notícias da ocupação francesa no lado oriental da ilha chegaram a Saint-Domingue, Louverture reuniu suas tropas e marchou em vistas de libertar o território vizinho. Louverture conseguiu ocupar legalmente Santo Domingo, por meio de um decreto assinado pelo governador, abolindo a escravidão e, nos meses seguintes, promovendo uma ampla reforma agrária que deixaria a elite ainda mais furiosa. A classe alta, segundo a autora, estava ressentida por ser subordinada não apenas à França, mas agora também à antiga população escrava de Saint-Domingue. A segunda invasão a Santo Domingo ocorreu em 1805, agora com o Haiti independente, e foi uma medida para evitar que tropas vindas da Europa pudessem acessar a recém-independente nação através da pouco povoada colônia vizinha. De 1808, quando logrou libertar-se, a 1821, Santo Domingo voltou para as mãos da Espanha. Em 1822, o presidente haitiano Jean Pierre Boyer ordenou que suas tropas invadissem novamente a ilha sob a mesma justificativa de temor a uma invasão, permanecendo no controle da região por 22 anos. Nesse período se aboliu novamente a escravidão, que havia sido restaurada, e nacionalizaram-se e redistribuíram-se terras privadas, enfurecendo as classes altas, que se mobilizaram contra o Haiti, alcançando sua independencia em 1844 (PEÑA, 2012).

No processo de incorporação da República Dominicana ao Haiti, é ressaltada, em certa medida, uma divergência entre as identidades haitiana e dominicana. Enquanto o Haiti se forja sobre uma revolução de escravos e libertos como uma república negra que em seu próprio nome busca resgatar uma identidade aborígene, uma ideia de identidade dominicana é construída no século XIX, há de se considerar que pela elite crioula, e tem como elementos fundamentais o pro-hispanismo e o anti-haitianismo (WOODING *et al.*, 2004).

O que se conhece como anti-haitianismo no caso dominicano, entretanto, não deriva somente da disseminação da ideia de um "haitianismo" ideológico que vai ao encontro de movimentos políticos negros no período. O anti-haitianismo é um aspecto particular e complexo na formação da identidade dominicana, o que se verá mais adiante. Não se sabe com precisão quando ou como o anti-haitianismo foi empregado pela primeira vez na República Dominicana, mas ele é entendido em suas primeiras utilizações[5] como resultante de uma série de processos históricos que contribuíram paulatinamente para a construção de tensões entre as duas sociedades em questão. Para Peña (2012), sua estreia se localiza nas ocupações

[5] Posteriormente ele será utilizado de modo diferenciado pelo ditador Leonidas Trujillo.

ISBN: 978-85-7205-159-0

francesas em seu território e se consolidará nas ocupações haitianas.

Imigração haitiana para a República Dominicana

Em 1915 os Estados Unidos justificam a primeira invasão ao Haiti (1915-1934) sob o pretexto do endividamento e promovem um verdadeiro arrebatamento de ouro e de camponeses, que serviriam de mão de obra em suas plantações de cana-de-açúcar em Cuba e na própria República Dominicana. Esse período marca o início da imigração haitiana para o país com o qual compartilha a ilha, enquanto fenômeno massivo. Uma vez que a escravidão já havia sido abolida em praticamente todo o Caribe[6], gerou-se grande demanda de mão de obra assalariada em Cuba e na República Dominicana, países em cujo plantio da cana-de-açúcar se consolidou fortemente devido às características geográficas, e, posto que os mesmos não possuíssem contingente nacional capaz de suprir a carência laboral, buscou-se a alternativa menos nociva economicamente: contratação de imigrantes a salários baixíssimos (WOODING *et al.*, 2004). A imigração, inicialmente proveniente de ilhas caribenhas de colonização britânica, não tarda a se tornar majoritariamente haitiana:

> Se calcula que cada año entre 1913 y 1931 llegaron a la provincia de Oriente de Cuba entre 30 y 40,000 braceros haitianos. La República Dominicana, cuya industria azucarera era menor que la cubana, recibió un número considerable de trabajadores hasta que en 1919 el gobierno militar de ocupación estadounidense introdujo el sistema de contratos regulados para la importación de braceros. Aunque no se conoce el número exacto de braceros haitianos contratados cada año en las dos décadas posteriores a 1919, la cifra se estima en unos 5,000 anuales. Los censos dominicanos registraron 28,258 haitianos en 1920 y 52,657 en 1935. (WOODING *et al.*, 2004, p.26)

O Haiti forjou com sua própria história uma tangente de resistência à espoliação e à truculência a que eram submetidos territórios e povos e parece pagar o preço até os dias atuais. A alarmante situação socioeconômica do país tem constantemente encabeçado, desde sua supracitada "inauguração" migratória, a busca haitiana por melhores condições de vida no estrangeiro. A vizinha República Dominicana apresenta uma realidade muito diferente e se situa próxima o bastante para atrair enorme interesse enquanto destino de diáspora. De acordo com dados de 2001, Bridget Wooding *et al.* ressaltam (2004):

> El ingreso per cápita de los dominicanos es cuatro veces mayor que el de los haitianos. La esperanza de vida es significativamente menor en Haití (53 años versus 67 años). La desnutrición y mortalidad infantiles en Haití duplican las tasas del país vecino. La tasa de analfabetismo es del 49% en Haití, comparada con 15% en la República Dominicana. También las tasas de crecimiento económico muestran diferencias importantes en los últimos tiempos: entre 1991 y 2001 la economía dominicana tuvo un crecimiento anual promedio de 6.3 por ciento, lo que equivale a 4.5 por ciento per cápita. Las cifras correspondientes para Haití son de 0.0 por ciento y menos 2.1 por ciento. (WOODING *et al.*, 2004, p.26)

[6] Cuba foi o último país do Caribe a abolir a escravidão, no ano de 1880.

ISBN: 978-85-7205-159-0

Desse modo, se por um lado há uma demanda que atrai imigrantes para a República Dominicana, há por outro, fatores que impulsionam a emigração de haitianos. Nesse primeiro marco migratório se situa um dos acontecimentos históricos mais brutais da região, que será explanado no tópico subsequente: o massacre no qual, sob as ordens do então ditador dominicano Rafael Leonidas Trujillo, são exterminados milhares de haitianos, e que ficou conhecido como *la masacre de perejil*.

As tropas estadunidenses permaneceram no Haiti até 1934 e praticamente todos os governos posteriores darão, de um modo ou de outro, continuidade à política de defesa dos interesses norte-americanos. Uma segunda onda migratória marcante se deu quando a ditadura duvalierista de Papa Doc e, depois, Baby Doc (1957- 1986), apoiada pelos EUA, destruiu pequenas propriedades abastecendo de mão de obra as indústrias multinacionais, além de empobrecer ainda mais a população graças à corrupção e ao aumento da dívida externa e de se pautar em uma violência exacerbada que mantinha a população em estado de terror (MELANI, 2010). Sob o cenário do golpe de Estado mais de cem mil haitianos fugiram do país por mar ou pela fronteira com o país vizinho. A maioria se dirigiu aos Estados Unidos, República Dominicana e Bahamas (WOODING *et al.*, 2004).

A terceira onda emigratória que marcou o Haiti ocorreu na primeira metade dos anos 1990. No contexto de um golpe de Estado e da deportação do então presidente Jean-Bertrand Aristide, mais de 100.000 haitianos deixaram o país. Alguns dos principais destinos foram: República Dominicana, Cuba, Estados Unidos, Guadalupe, Guiana Francesa e Bahamas (HANDERSON, 2015).

Finalmente, diante de um quadro socioeconômico crítico e historicamente debilitado, aliado aos estragos do terremoto de janeiro de 2010 que assolou Porto Príncipe e seus arredores, reinicia-se uma grande diáspora. Por um lado, houve migrações para o campo e, por outro, emigrações para o estrangeiro, que se aproximam de 350.000.

Nos quatro fluxos migratórios citados, há predominância da República Dominicana enquanto destino visado. Nesses cerca de cem anos de imigração haitiana para o país vizinho notam-se inúmeras manifestações, formais e informais (ou, por assim dizer, com respaldo legal ou não), de xenofobia. A xenofobia nesse caso está intimamente relacionada à questão racial e identitária, o que se verá a seguir.

O massacre de 1937

O General Rafael Leonidas Trujillo governou um regime ditatorial na República Dominicana de 1930 a 1961, ano em que foi assassinado. Seu governo foi extremamente sangrento e opressor, de modo

ISBN: 978-85-7205-159-0

que se estimam mais de cinquenta mil assassinatos a seu comando. Com o Estado personificado em sua figura, Trujillo condicionou todos os agentes da vida social aos interesses do governo, alcançando uma subordinação completa da sociedade. Encontrou no país o cenário perfeito para o desenvolvimento de sua ditadura (CASSÁ, 2001):

> La dictadura de Trujillo se sustentó en una sociedad agraria, políticamente pasiva y por ende permisiva de las acciones del Estado, siempre y cuando no alterara ciertos órdenes seculares, lo que le despejó el terreno para operar una explotación sistemática del conjunto de la sociedad, cuyo eje se encontraba naturalmente en el propio sector agrario. (CORDERO, 1999 apud CASSÁ, 2001, p.115).

Em outubro de 1937 o então ditador ordenou que todos os haitianos residentes nas fronteiras que se pudessem encontrar fossem exterminados. A maneira como se operou a tirania de Trujillo indica que o massacre de milhares de haitianos e dominicanos de ascendência haitiana[7], como propõe Richard Lee Turits (2014), não deve ser simplificado como uma mera rivalidade entre dominicanos e haitianos, pautada em um exacerbado nacionalismo dominicano que se fortalecia em um sentimento anti-haitianista, posto que revele também outras questões relativas à própria sociedade dominicana e suas desigualdades. Segundo o autor, as rivalidades entre a elite e o *campesinato*, o Estado nacional e os residentes das fronteiras, a centralização de forças e os interesses locais, são fundamentais para compreender o anti-haitianismo e seu discurso xenófobo alicerçado em questões raciais, como um projeto identitário do governo trujillista e das elites dominicanas que se opunham ao que seria considerada a identidade haitiana.

A delimitação de uma fronteira rígida, geográfica e cultural, foi forjada como um ataque contra a coletividade fronteiriça bicultural e transnacional que envolvia tanto haitianos quanto dominicanos. Em outras palavras, o massacre reflete um conflito de perspectivas sobre a nação dominicana que se fortifica ao reiterar um suposto anti-haitianismo histórico apegado a certos essencialismos. Nesse sentido, o pensamento racista das elites dominicanas respaldava os interesses do governo pela região.

A questão fronteiriça era um desafio para o governo, já que seu alcance era tênue e havia ali abundância de terras férteis. Desde o final do século XIX o governo dominicano lutava para consolidar um controle político e econômico nessa região aonde dominicanos e haitianos viviam de modo conjunto e autônomo. Ao longo de décadas o Estado tentou cobrar impostos e eliminar o contrabando na fronteira visando lucrar e proteger o comerciante e industrial dominicano. Finalmente, uma fronteira débil poderia facilmente servir como refúgio e base estratégica de revolucionários contra o governo, possibilidade particularmente preocupante durante a ditadura. Sobre isso:

> Desde una perspectiva militar, la frontera con Haití era ciertamente el talón de Aquiles del régimen. El interés estatal por muchos años de vigilar esta frontera y controlar la región se intensificaba también con la determinación de Trujillo de controlar la economía nacional, imponer nuevos impuestos y

[7] Não se sabe ao certo o número de haitianos mortos, mas estima-se que foram entre 5 e 20 mil de assassinados.

ISBN: 978-85-7205-159-0

> tarifas en el comercio exterior y promover la industria local bajo programas de sustitución de importaciones a través de tarifas altas. (TURITS, 2004, p.17)

No início do governo, anterior ao massacre, no entanto, Trujillo parecia inclinar-se à aplicação de políticas de assimilação para a nacionalização da fronteira, no intento de integrar haitianos e dominicanos residentes nas fronteiras ao que se consideraria cultura e sociedade dominicanas. Isso se deu mediante o que se chamou "dominicanización de la frontera", que abarcava, por exemplo: a mudança de nomes em francês ou creole de pequenas cidades, ruas, arroios fronteiriços etc. para o espanhol; o reforço da presença da Igreja Católica; a expansão do número de escolas nas regiões de fronteira, nas quais se implementou um plano de estudos que enfatizava os símbolos nacionais e o idioma espanhol; incentivo à migração europeia e dominicana para as fronteiras etc. (TURITS, 2004; PEÑA, 2012). Penã (2012) explica esse fenômeno:

> The fusion of Haitian and Dominican cultures on the border also created a group of transnational migrants who crossed the border on a daily basis for work, school, and other services. These individuals spoke both Spanish and Haitian Kreyol. Moreover, a mixing of cultures also meant a mixing of religions; many Dominican residents from the border regions were familiar with and practiced Afro-Caribbean religions such as Vodou, an African-based religion commonly practiced in Haiti. For these reasons, the Dominican elite and the Trujillo regime were calling for the "Dominicanization of the frontier." The objectives of this program were to introduce light-skinned Dominicans and European migrant workers who would "lighten the race" to the borderlands, and to promote the infusion of Dominicanness, commonly defined by the elite as "white, Hispanic and Catholic." The success of this project was crucial to the Dominican elite and the Trujillo regime because it signified the unification of Dominicans under a specific racialized agenda that defended whiteness, and denied blackness. (PEÑA, 2012, p.43)

O que permanece como um mistério são as razões precisas que levaram Trujillo a ordenar o massacre. Nos sete anos anteriores, Trujillo mantinha boas relações com o então presidente haitiano Sténio Joseph Vincent[8] e parecia orgulhar-se de possuir ascendência haitiana. Seus discursos se demonstravam mais voltados para a integração do que para a segregação das duas nações. Como ressalta Turits (2014), as tentativas de firmar relações com o Haiti e agradar as elites haitianas ocultavam um interesse em obter controle sobre o Estado haitiano e sua população, tornando seu poder aceitável. Ao ressaltar que as duas nações eram irmãs, Peña (2012) afirma que o ditador logrou simultaneamente criar um vínculo entre as duas nações que possuíam desavenças históricas e rejeitar o anti-haitianismo presente no pensamento de diversos intelectuais de sua própria administração, pensamento esse que, como se viu anteriormente, virá a legitimar o massacre. Esse posicionamento contraditório permanece como uma verdadeira incógnita, e apesar de algumas teorias tentarem levantar possíveis justificativas para a transformação de sua estratégia, não encontramos nada conclusivo.

No que concerne ao respaldo intelectual do qual Trujillo se utilizou para legitimar sua política anti-haitianista, Manuel Arturo Peña Batlle y Joaquín Amparo Balaguer Ricardo foram as figuras centrais que

[8] As relações entre os dois presidentes indicavam um cenário inédito na história das relações entre os dois países, uma vez que pareciam haver entrado em um acordo promissor quanto à questão fronteiriça, firmado em 1936, apenas um ano antes do massacre.

ISBN: 978-85-7205-159-0

contribuíram para o desenvolvimento de um discurso identitário voltado para a nação dominicana com as pretensões étnicas e culturais do nacionalismo trujillista, baseando-se nas teorias europeias sobre raça, como o racismo científico (TORRES-SAILLANT, 2012; TURITS, 2004; WOODING *et al.*, 2004):

> Con la incorporación de los estadistas de élite y de los principales intelectuales de la nación a su régimen, Trujillo adquirió un grupo excepcional de pensadores antihaitianos, entre los que se destacaban Joaquín Balaguer, Julio Ortega Frier y, posteriormente, Manuel Arturo Peña Battle, quienes desempeñarían importantes funciones en el Gobierno. Estos hombres eran parte de una pequeña élite dominicana de esa época: identificados con la raza blanca, habían cursado estudios universitarios en el exterior y, con la excepción de Balaguer, eran todos miembros de la clase alta urbana de Santiago y Santo Domingo. Todos habían nacido más o menos durante el cambio de siglo y se habían educado en la época en que el discurso científico racista tenía amplia difusión en Europa y en las Américas. Imbuidos de nociones profundamente racistas y culturalistas, esa generación de funcionarios y pensadores antihaitianos indudablemente promovió la expulsión, en lugar de la asimilación o incorporación, de los "haitianos" como solución a la supuesta amenaza racial, cultural, territorial y política que enfrentaba la nación dominicana. (TURITS, 2004, p.19)

A ideologia anti-haitianista

Um aspecto emblemático no caso do massacre de 1937 é o fato de ele possuir um claro direcionamento aos haitianos e dominicanos de ascendência haitiana residentes nas fronteiras. Segundo Turits (2014), não se ordenou que fossem massacrados haitianos em Santo Domingo, por exemplo. Tampouco foi um caso específico de contenção, absurda e brutal, da onda de imigração haitiana, uma vez que haviam haitianos que estavam assentados ali há gerações e que o regime trujillista anterior ao massacre não havia buscado deportá-los de forma sistemática ou tornar a imigração haitiana ilegal. Apenas na promulgação da nova lei imigratória, em 1939, formulada por especialistas estadunidenses, se impôs uma "tarifa migratória proibitiva" para todos os que não fossem "predominantemente de origem caucasiano". Segundo o autor:

> Así, vemos que la masacre no fue precedida de esfuerzos estatales coordinados para detener la inmigración haitiana, ni para "blanquear" la nación. Tampoco esta fue precedida de conflictos étnicos populares, en contraste con los intentos del régimen trujillista de caracterizar los asesinatos como resultado de tensiones locales. También hemos visto que las relaciones entre los Gobiernos dominicano y haitiano parecían estar en sus mejores términos en esos años. Después de la masacre, el presidente haitiano Vincent informó a los funcionarios estadounidenses que: "No había ninguna cuestión, de ningún tipo, en discusión entre los dos gobiernos. El acuerdo era perfecto; las relaciones, excelentes". Aparentemente, no es posible establecer una conexión directa entre la masacre y una escalada de antihaitianismo en la República Dominicana durante los primeros años del régimen de Trujillo. (TURITS, 2014, p.38)

O anti-haitianismo, muito mais do que a ideologia que fabricou o massacre, parece ter sido a ideologia que serviu como pretexto para justifica-lo. Nesse sentido, o autor afirma que parece pouco provável que, dado o impacto que causaria, o massacre ocorresse sem o aporte da ideologia anti-haitianista, bem como que essa visão preconceituosa não tenha afetado a decisão de Trujillo de assassinar em lugar de expulsar os haitianos. Ademais, a imagem pejorativa que foi atribuída aos haitianos parece ter conferido

ISBN: 978-85-7205-159-0

sentido à matança aos olhos da população dominicana. O fato de a população dominicana ser capaz de perceber o massacre como algo razoável reflete outro aspecto que o autor pontuará:

> Las ideologías racistas son productos, no solo causas, de la historia; productos que varían profundamente en significado e importancia a través del tiempo y el espacio, como resultado de condiciones históricas diferentes que a su vez deben ser dilucidadas. Lo que resulta tan chocante en el caso de la masacre haitiana es que el discurso antihaitiano del régimen de Trujillo era producto –más que precursor– del terror estatal. Antes de la masacre, la principal preocupación estatal relacionada con la "invasión pacífica" no era la haitianización –aunque eso también constituía un motivo de preocupación, principalmente entre la élite dominicana–, sino más bien que la densidad de la población étnicamente haitiana en partes de la frontera podían validar reclamos del Estado vecino por territorio considerado dominicano.

Desse modo, concordamos que o anti-haitianismo pós-massacre se configurou como o aproveitamento de uma ideologia que, enquanto tal, refletia aspectos ligados à formação histórica da sociedade dominicana e um pensamento racializado de origem europeia, aonde o negro representava o estrato mais baixo da sociedade e era inferiorizado por supostamente possuir características fenotípicas e intelectuais que o legitimavam como tal, reproduzido pelas elites intelectuais, bem como, concomitantemente, foi um agente ativo na construção e consolidação de uma identidade que se pautava na constante tentativa de distanciamento do haitianismo.

O anti-haitianismo que justificou e legitimou o massacre se utilizava dos tradicionais preconceitos da elite para criticar o "africanismo" haitiano e foi incorporado por essa elite, que via na ideologia racista uma forma de preservar seus privilégios. Eliminando a circulação fronteiriça entre as duas nações (e os próprios haitianos), predominava a visão tradicional elitista de nação dominicana em oposição ao Haiti, aspecto que pode ser percebido por meio do apoio dado ao ditador diante da reação internacional (TURITS, 2014). Como se pôde perceber, a elite exerce historicamente um papel considerável na formação do anti-haitianismo pré e pós-massacre.

A consolidação do anti-haitianismo no pensamento social dominicano é fundamental para compreender, até a atualidade, a situação dos imigrantes na República Dominicana. Constantemente vítimas de xenofobia, os haitianos encontram ainda inúmeros entraves, inclusive legais, que dificultam sua permanência no país. Essa característica afeta não apenas os imigrantes haitianos, mas a própria população afrodescendente dominicana, que não reconhece a negritude como aspecto constituinte de sua cultura, uma vez que ao fazê-lo estaria automaticamente se distanciando da ideia de *dominicanidade*. Peña (2012) explica que muitos dominicanos que poderiam se reconhecer como negros optam por utilizar os termos "índio" ou "mulato", considerados menos pejorativos, enquanto que a palavra "negro" é considerada ofensiva e está diretamente associada a *ser* ou *ser como* um haitiano. A autora sintetiza a ideia da seguinte forma:

> In the Dominican Republic, the definitions of race, ethnicity and nationhood are conflated and rearticulated through a groupism understanding, which declares that the nation is racially and

ISBN: 978-85-7205-159-0

> ethnically white, and Spanish. This conceptualization is a fallacy, considering the long histories of indigenous and African peoples both in colonial Santo Domingo and in the post-colonial, independent Dominican Republic. Furthermore, the population's phenotypical characteristics, coupled with cultural values and traditions, display a clear fusion of Spanish, indigenous, and African races, ethnicities, and cultures. The simultaneous creation of a white and Spanish racial, ethnic, and cultural ideology and a vehement denial of blackness in the Dominican Republic gave rise to racist limitations on what being Dominican meant. (PEÑA, 2012, p.10)

Considerações finais

O anti-haitianismo dominicano possui raízes nos conflitos coloniais entre Haiti e República Dominicana, uma vez que as disputas territoriais se apresentaram desde os prelúdios como produtoras de tensões entre França e Espanha, Haiti e Espanha, Haiti e França e Haiti e República Dominicana, respectivamente. A porosidade da fronteira domínico-haitiana produziu uma sociedade bicultural que nivelou suas diferenças e se reconfigurou em um novo modelo que transgredia a haitianidade e dominicanidade para além da fronteira geográfica e cultural, apresentando-se como um desafio para os interesses do Estado dominicano e fazendo surgir o temor de que seus limites fossem novamente sobrepujados.

Sob a ditadura trujillista os interesses pela questão territorial se sobressaíram e, como fator central em sua política, passaram a ser considerados de caráter emergencial. Ainda que os intelectuais da época injetassem na sociedade dominicana as noções racializadas de inferioridade e superioridade provenientes da Europa adaptando-as de modo simplista ao contexto nacional, no qual a branquitude se constituiria como uma característica dominicana em detrimento da negritude haitiana, a motivação de Trujillo para ordenar o massacre de milhares de haitianos parece ter vindo do âmbito territorial. Não obstante, o ditador se apropriou do discurso anti-haitianista produzido a fim de justificar, legitimar e consolidar seu projeto político nacionalista. É o anti-haitianismo posterior ao massacre, entre outras coisas, que sustentará sua ditadura.

Ainda que não seja possível depreender com exatidão o que levou o ditador a contradizer drasticamente o anterior posicionamento amistoso perante o Haiti, ordenando o massacre, e tampouco suas reais motivações para tal, é precisamente essa mudança no curso de sua política que permite vislumbrar que ele não sustentava sistematicamente uma ideologia anti-haitianista até então. É possível observar algumas políticas anteriores que timidamente visavam o branqueamento da população, como o incentivo à imigração europeia, mas esse objetivo só se tornará central após o massacre, quando o anti-haitianismo passa a ser sustentáculo de seu nacionalismo.

ISBN: 978-85-7205-159-0

Na sociedade dominicana atual, o anti-haitianismo é refletido em uma série de âmbitos, como a não identificação de sua população com a ideia de negritude, associada ao país vizinho e, junto a ele, a inúmeros aspectos socioculturais que supostamente se opõem à dominicanidade. Isso afeta sua população afrodescendente e, evidentemente, a vasta população haitiana que imigrou para o país e se vê vítima do preconceito produzido pelo anti-haitianismo, ainda mais complexo do que a xenofobia em si.

A partir dessa pesquisa inicial, entendemos que o anti-haitianismo presente até os dias atuais na República Dominicana está alicerçado, portanto, em quatro aspectos interligados e indispensáveis para a sua compreensão: territorialidade, raça, identidade e nacionalismo. Para melhor compreensão do fenômeno, acreditamos ser necessário o aprofundamento nesses quatro aspectos na realidade dominicana, bem como a investigação mais acurada da relação entre os dois países.

Bibliografia

CASSÁ, Roberto. Algunos componentes del legado de Trujillo. Iberoamericana (2001-), v. 1, n. 3, p. 113-127, 2001.

EL YOUSSEF, Alain. Haitianismo em perspectiva comparativa: Brasil e Cuba (sécs. XVIII-XIX). In: 4° Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba: [s.n.], 2009, p. 1-29.

FERRER, Ada. El mundo cubano del azúcar frente a la revolución haitiana. In: Francisco Arango y la invención de la Cuba azucarera. Ediciones Universidad de Salamanca, 2009. p. 105-116.

HANDERSON, Joseph. Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana francesa. 2015. Tese de Doutorado. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional-UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

MELANI, Ricardo. Superexploração e destruição da "Pérola das Antilhas". PUCviva, v. 37, p. 22-29, 2010.

NASCIMENTO, Washington Santos. Além do medo: a construção de imagens sobre a revolução haitiana no Brasil escravista (1791–1840). Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas, v. 10, n. 18, p. 469-488, 2015.

NASCIMENTO, Washington Santos. "São Domingos, o grande São Domingos": repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791-1840). Dimensões, n. 21, 2008.

PEÑA, Julissa. "Yo soy negro, pero negro blanco:" Hispanicity, Antihaitianismo and Genocide in the Dominican Republic. 2012. Tese de Doutorado. Wesleyan University.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, p. 73-117, 2009.

SOARES, Ana Loryn; DA SILVA, Elton Batista. A revolução do Haiti: um estudo de caso (1791-1804). Revista Ameríndia-História, cultura e outros combates., v. 1, n. 1, p. 08, 2006.

TORRES-SAILLANT, Silvio. El anti-haitianismo como ideología occidental. Cuadernos Inter. ca mbio sobre Centroamérica y el Caribe, v. 9, n. 10, p. 15-48, 2012.

ISBN: 978-85-7205-159-0

TURITS, Richard Lee. Un Mundo Destruido, Una Nación Impuesta: La Masacre Haitiana de 1937 en la República Dominicana. Ann Arbor, MI: Michigan Publishing, University of Michigan Library, 2014.

WOODING, Bridget et al. Inmigrantes haitianos y dominicanos de ascendencia haitiana en la República Dominicana. Cooperación Internacional para el Desarrollo (CID), 2004.